

Critérios serão definidos hoje

O MINISTÉRIO da Administração deverá anunciar nas próximas horas os critérios para demissão não incentivada e seletiva de pelo menos 33 mil servidores não-estáveis da administração pública federal. A maior parte das demissões ocorrerá em janeiro, daqui a dois meses. O restante será demitido em até 18 meses. Com o enxugamento da máquina, o ministro da Administração Bresser Pereira espera economizar R\$ 357 milhões no primeiro ano após os cortes, já descontados os R\$ 321 milhões que serão usados nas indenizações. O decreto com os critérios "impessoais" para demitir os servidores deverá ser publicado nos próximos dias. Já a lista de demitidos só em dezembro.

O funcionalismo público também não terá concessões de reajustes salariais em 98. "Esta é uma necessidade de ajuste fiscal", justificou Bresser Pereira. "Foi pedido um sacrifício não só dos servidores, mas de toda a sociedade", disse, já prevendo a enxurrada de processos judiciais. "Sempre é possível recorrer à Justiça", admitiu.

Os prováveis funcionários atingidos são aqueles que ingressaram na administração federal sem concurso público no período de 83 a 88, e que não contavam com cinco anos no serviço público. Em contrapartida, não serão atingidos os servidores que estão em estágio probatório, aqueles que passaram em concurso e foram nomeados a menos de dois anos.

Os cortes de pessoal deverão ser concentrados na área de suporte administrativo. A maioria nível médio. Segundo a secretária-executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin, "não basta cortar gastos, temos que evitar rombos futuros, e uma boa medida é cortar o potencial de despesas. Por isso, temos que procurar canalizar das áreas inchadas para as áreas carentes, como a de gestão de política pública". Entre os setores "carentes": saúde, educação, regulamentação (agências reguladoras que estão sendo criadas e precisam de pessoal para estruturá-las), serviço Jurídico da União, e fiscalização. (D.R.)